



407

INFLUÊNCIA DOS CICLOS POLÍTICOS NOS GASTOS PÚBLICOS E SEU EFEITO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

Aluno Mestrado/MSc. Student Maria Nazaré Oliveira Wyse, Doutor/Ph.D. Daiane Pias Machado, Doutor/Ph.D. Débora Gomes de Gomes, Doutor/Ph.D. Rodrigo Nobre Fernandez

FURG, Rio Grande, RS, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Maria Nazaré Oliveira Wyse

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Doutor/Ph.D. Daiane Pias Machado

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Doutor/Ph.D. Débora Gomes de Gomes

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Doutor/Ph.D. Rodrigo Nobre Fernandez

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Resumo/Abstract

Este estudo teve como objetivo evidenciar a influência dos ciclos políticos orçamentários sobre os gastos públicos municipais e estimar seu efeito sobre a dívida pública local. Para isso, foram analisados os dados dos municípios do Rio Grande do Sul, abrangendo o período de 2005 até 2016. Utilizou-se como abordagem a técnica econométrica para dados em painel, tendo em vista a natureza dos dados analisados. Os resultados sugerem que o efeito dos gastos públicos por função orçamentária sobre a dívida pública, quando controlado pelo ciclo político, é positivo e estatisticamente significativo em anos pré-eleitorais, ou seja, os ciclos políticos oportunistas potencializam o efeito dos gastos por função orçamentária na dívida pública dos municípios gaúchos. Porém pode-se dizer que o efeito é maior e significativo em anos pré-eleitorais. A análise da interação em anos eleitorais sobre a dívida pública não apresentou significância estatística. Da mesma forma, os anos eleitorais não apresentaram significância estatística na análise individual sobre a dívida pública. Por outro lado, os gastos públicos impactam a dívida pública dos municípios gaúchos tanto na análise individual como na análise com termo de interação com os anos pré-eleitorais. Em relação ao alinhamento partidário do governo municipal com o governo federal os resultados foram positivos. A relação positiva quanto ao alinhamento dos partidos



dos prefeitos com o governo federal se deu de forma positiva, logo o fato de existir coalizão entre governos municipal e federal aumenta os gastos públicos e tende a aumentar a dívida pública dos municípios gaúchos no período analisado.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector

INFLUÊNCIA DOS CICLOS POLÍTICOS NOS GASTOS PÚBLICOS E SEU EFEITO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

RESUMO

Este estudo teve como objetivo evidenciar a influência dos ciclos políticos orçamentários sobre os gastos públicos municipais e estimar seu efeito sobre a dívida pública local. Para isso, foram analisados os dados dos municípios do Rio Grande do Sul, abarcando o período de 2005 até 2016. Utilizou-se como abordagem a técnica econométrica para dados em painel, tendo em vista a natureza dos dados analisados. Os resultados sugerem que o efeito dos gastos públicos por função orçamentária sobre a dívida pública, quando controlado pelo ciclo político, é positivo e estatisticamente significativo em anos pré-eleitorais, ou seja, os ciclos políticos oportunistas potencializam o efeito dos gastos por função orçamentária na dívida pública dos municípios gaúchos. Porém pode-se dizer que o efeito é maior e significativo em anos pré-eleitorais. A análise da interação em anos eleitorais sobre a dívida pública não apresentou significância estatística. Da mesma forma, os anos eleitorais não apresentaram significância estatística na análise individual sobre a dívida pública. Por outro lado, os gastos públicos impactam a dívida pública dos municípios gaúchos tanto na análise individual como na análise com termo de interação com os anos pré-eleitorais. Em relação ao alinhamento partidário do governo municipal com o governo federal os resultados foram positivos. A relação positiva quanto ao alinhamento dos partidos dos prefeitos com o governo federal se deu de forma positiva, logo o fato de existir coalizão entre governos municipal e federal aumenta os gastos públicos e tende a aumentar a dívida pública dos municípios gaúchos no período analisado.

Palavras-chave: Ciclo Político, Gastos Públicos, Dívida Pública.

1 INTRODUÇÃO

A Dívida Pública do estado do Rio Grande do Sul (RS) vem em constante crescimento e alcançou os 73 bilhões de reais em 2018. Esse valor somado com o dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, representam 79% do total das unidades da federação, de acordo com informações do 10º Relatório Anual da Dívida Pública do estado do RS, elaborado pelo Tesouro. Conte (2014) destaca que o gasto público e o endividamento do RS apresentaram crescimento superior ao da receita corrente líquida, sendo que nem a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde maio de 2000 foi suficiente para, por si só, garantir a melhoria da situação fiscal do RS.

Este cenário de elevação nos gastos públicos e endividamento pode ser analisado sob a ótica da teoria dos ciclos políticos, onde os *policymakers* com a intenção de se manterem no poder procuram formular situações econômicas que se pareçam favoráveis à sociedade, ou seja, procuram aumentar gastos em períodos eleitorais e diminuir nos anos pós-eleitorais, formando um ciclo político (SAKURAI, 2009). Os ciclos políticos econômicos podem ser observados a partir de modelos oportunistas, quando o governante se utiliza de políticas visando seu próprio interesse; e partidários, quando um governante orienta suas políticas com base em orientações ideológico-partidárias. Ambos os modelos apresentam expectativas adaptativas e racionais (NORDHAUS, 1975; HIBBS, 1977).

Estudos anteriores vem sendo desenvolvidos com objetivo de evidenciar a presença de ciclos políticos oportunistas e partidários em variáveis macroeconômicas, fiscais e orçamentárias, Rodrigues (2015) e Guerra (2016), com ênfase nas despesas públicas dos estados brasileiros entre 1995 e 2013, o primeiro considerando a magnitude e tipo de despesa enquanto o segundo utilizou como base as políticas fiscais; Gaston (2017) com foco nos municípios

brasileiros, entre os anos de 2002 e 2015, que testou a hipótese de ocorrência do ciclo político orçamentário tradicional nas variáveis representantes de bens públicos; Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017), com foco em analisar os investimentos estaduais brasileiros em infraestrutura no período de 2003 a 2014.

Também, pesquisa com Dias, Nossa e Monte-Mor (2018), com ênfase nos investimentos públicos sobre a recondução dos prefeitos dos municípios do estado do Espírito Santo, entre 2001 e 2012; Xavier Jr. *et al.* (2018), com foco sobre as despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros, no período de 2003 a 2016; Bartoluzzio (2019), com foco em analisar como incentivos político-eleitorais influenciam a gestão fiscal dos municípios brasileiros e seus desdobramentos nos resultados eleitorais; Fiirst *et al.* (2019), com ênfase no desempenho financeiro dos municípios paranaenses, no período de 2013 a 2016; Puchale (2019), com foco nos gastos públicos totais e por função orçamentária, saúde e saneamento, educação e cultura e investimentos, dos estados brasileiros e do distrito federal, no período de 2003 a 2014, levando em consideração o aspecto espacial.

Sakurai e Menezes Filho (2008) analisaram o comportamento dos gastos municipais dos anos eleitorais e dos anos não eleitorais a fim de examinar como a despesa orçamentária dos municípios brasileiros afeta as chances de um prefeito ou de seu partido político permanecer no poder por mais um mandato administrativo.

Se tratando de estudos internacionais Castro e Martins (2018), com foco nos componentes funcionais e subcomponentes das despesas do governo em um grupo de 18 países europeus durante o período de 1990 a 2012; Bellido, Olmos e Román-Aso (2019), analisaram se a ideologia do governo e outros fatores políticos e eleitorais influenciam o nível de gastos públicos em saúde no país, enfocando o impacto da Grande Recessão nesse relacionamento, testando a hipótese para os países da *Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)* de 1970 a 2016.

Já estudos com base no endividamento público Nakaguma e Bender (2006), com ênfase em analisar o impacto das mudanças institucionais com a Emenda da Reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os ciclos políticos orçamentários e sobre a performance fiscal dos estados brasileiros, concluíram que a Reeleição elevou as despesas públicas e o endividamento dos estados nos anos eleitorais.

Embora Arvate, Mendes e Rocha (2010), afirmem em seus estudos que, diante de um eleitorado altamente alfabetizado e fiscalmente conservador, o aumento da dívida reduz as chances de reeleição.

Com isso, para Gámez e Ibarra-Yúnez (2009), o estudo do ciclo político econômico constitui uma área relevante e promissora que pode proporcionar significativos elementos para uma melhor tomada de decisões políticas, análises de política fiscal, avaliação de políticas públicas, planejamento e finanças corporativas, dentre outros. É um campo relativamente novo que oferece uma abrangente perspectiva para investigações futuras.

Nesse sentido, estudos evidenciam a presença dos ciclos políticos em variáveis macroeconômicas, fiscais, orçamentárias, por grupo de despesa ou por função orçamentária. Porém, há certa escassez de estudos que procurem captar através dos gastos por função o efeito dos ciclos políticos sobre a dívida pública, em especial para o estado do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo evidenciar a influência dos Ciclos Políticos oportunistas sobre os gastos públicos municipais gaúchos e estimar seu efeito sobre a dívida pública local. Além disso, buscam-se evidências para influência de outras variáveis políticas, como a ideologia partidária e o apoio nas eleições dos Governos Estadual e Federal.

Segundo dados do Relatório de Transparência Fiscal de 2019, o Rio Grande do Sul fechou o ano de 2019 com resultado orçamentário efetivo apresentando *déficit* de R\$ 3,2 bilhões em 2019 (JORNAL DO COMÉRCIO, 2020). Mendes (2009) entende que a “dívida pública é o principal problema de ordem macroeconômica enfrentado pelo País nos últimos tempos, em

todos os níveis de governo”. Neste sentido, considerando que a orientação ideológico-partidária dos governos, a ocorrência das eleições e os próprios interesses dos líderes podem afetar significativamente a política econômica em qualquer um de seus componentes (RÍOS, 2009).

Justifica-se esta pesquisa, com base na literatura teórica de Rogoff e Sibert (1988); Rogoff (1990) e Alesina (1987), pela importância do estado do Rio Grande do Sul no cenário político e econômico e pelo fato de, até então, não se ter conhecimento de estudo semelhante que analise especificamente nos municípios gaúchos o efeito dos ciclos políticos sobre a dívida pública.

Considerando-se que a gestão municipal, ao buscar recursos para investimento em suas diversas áreas, pode vir a ampliar seus níveis de endividamento, esta pesquisa contribui com a literatura brasileira de ciclos políticos ao gerar conhecimento e contribuir com as discussões sobre o tema de ciclos políticos, gastos públicos e dívida pública dos municípios.

Conhecer aspectos relacionados a dívida pública dos municípios pode contribuir para que os governantes adotem uma política fiscal sustentável, pois conforme Lazarin, Mello e Bezerra (2014), o endividamento público é uma ferramenta de extrema importância para a provisão dos bens públicos à sociedade, o qual é realizado por meio das políticas públicas. Mas, para atingir tal fim, é necessário que os governantes adotem uma política fiscal sustentável.

Para alcançar os objetivos da pesquisa utiliza-se um modelo de regressão econométrica com dados em painel para avaliar se o efeito dos gastos sobre a dívida pública quando mediados pelo ciclo político oportunista potencializam a dívida pública dos municípios. O termo de interação usado neste estudo a fim de captar tal efeito não é muito comum em trabalhos envolvendo essa temática. Diante das pesquisas realizadas, tem-se o estudo de Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017) realizado de forma semelhante.

O estudo está dividido em cinco seções, sendo a primeira constituída por esta introdução. A segunda seção apresenta a evolução de estudos da Teoria dos Ciclos Políticos em seus modelos oportunistas e partidários, além da subseção de dívida pública, a fim de oferecer suporte teórico ao problema proposto por esta pesquisa. Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos. Na quarta, são evidenciados os resultados apurados e na quinta e última seção, são elencadas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nas subseções seguintes serão apresentadas algumas das principais contribuições no debate dos ciclos políticos econômicos que nos permitirão identificar as relações entre política e economia, bem como as demais contribuições para o presente estudo.

2.1 CICLOS POLÍTICOS

Os primeiros estudos a contemplar discussões que tratam da relação entre ciclo político e econômico e o comportamento dos *policymakers* podem ser remetidos aos trabalhos de (KALECKI, 1943; AKERMAN, 1947; DOWNS, 1957). Mas foi a partir da pesquisa de Nordhaus (1975) que a teoria se consolidou e modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia foram surgindo ao longo dos anos.

Logo, a partir de Nordhaus (1975), usam-se diferentes comportamentos para definir dois tipos de ciclos políticos, sendo eles: ciclo político oportunista e ciclo político partidário. A análise relacionada à existência de incentivos oportunistas pode ser caracterizada por considerar o pressuposto de que agentes, independentemente de ideologia partidária, visam implícita e fundamentalmente manter-se no poder (SAKURAI, 2009). Esta corrente analítica pode ser dividida em duas abordagens, uma considerando expectativas adaptativas Nordhaus (1975) e outra considerando expectativas racionais Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), mas ambas procurando justificar a existência de ciclos em função do período eleitoral.

O segundo modelo procura enfatizar as diferenças ideológico-partidárias e a possibilidade de este fator afetar o comportamento econômico. As referências são os trabalhos de Hibbs (1977), considerando o pressuposto de expectativas adaptativas e Alesina (1987), pressupondo expectativas racionais. De acordo com esta abordagem, os partidos políticos apresentam preferências diferentes em relação à conduta de suas respectivas políticas econômicas e com isso, o comportamento da economia se dá em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos quando estão no poder.

O modelo de Nordhaus (1975), é apontado pela literatura como sendo o pioneiro na modelagem do ciclo político oportunista tradicional (SIQUEIRA, 2016). Nordhaus (1975), utiliza o *trade-off* da curva de *Phillips*, com as variáveis macroeconômicas inflação e desemprego, para explicar a ocorrência do ciclo político. Segundo o autor há uma redução no desemprego em períodos próximos às eleições com uma elevação nas taxas de inflação, fazendo com que os resultados eleitorais sejam fortemente influenciados pelos resultados econômicos.

Com a intenção de garantir votos e manterem-se no poder, os governantes manipulam as políticas econômicas de curto prazo de forma que os seus efeitos atendam seu objetivo nas urnas, ou seja, ao manipular as políticas fiscal e monetária, os políticos geram ilusórias condições favoráveis à sociedade a fim de aumentar a probabilidade de se eleger. Após o período eleitoral são tomadas medidas para reverter as consequências das políticas macroeconômicas implementadas, gerando assim o ciclo político econômico (*Political Business Cycles*) (NORDHAUS, 1975).

Nordhaus (1975), entende que os eleitores são ingênuos, incapazes de aprender e propensos a erros sistemáticos, ou seja, são ignorantes em relação ao *trade-off* inflação e desemprego. Assim, agem movidos por expectativas adaptativas, ou seja, tendem a observar situações atuais com maior facilidade em relação às promessas realizadas anteriormente.

Rogoff e Sibert (1988), avançaram no modelo de Nordhaus (1975), ao reformularem as expectativas adaptativas dos eleitores para expectativas racionais, acrescentar a assimetria informacional e que os ciclos políticos econômicos devem ser observados nos instrumentos de política fiscal. A partir desta visão os autores entendem que os eleitores são capazes de identificar as melhores políticas governamentais, tornando-se relevante o nível de competência do governo em prestar serviços públicos. Um governo competente seria aquele que produz mais bens públicos utilizando menos receita.

Porém, como as informações não são perfeitas, os políticos possuem uma série de informações que os eleitores não possuem, e com essa defasagem de tempo surge a possibilidade de manobras eleitoreiras. Fazendo com que em períodos eleitorais os políticos adotem uma política fiscal expansionista, reduzindo os impostos ou elevando os gastos públicos, sinalizando sua competência. Após esse período promovem uma política contracionista a fim de buscar o equilíbrio, já que neste modelo os eleitores são racionais (ROGOFF; SIBERT, 1988). Com isso, originam-se os ciclos políticos orçamentários (*Political Budget Cycle*).

Rogoff (1990) formula um modelo similar, porém enfatiza que o governante tem o incentivo de enviesar a política fiscal em período pré-eleitoral, preferindo aumentar os gastos de consumo mais visíveis e imediatos à população. A ampliação do gasto público representa um sinal de competência claramente perceptível e facilmente assimilado pelos eleitores, influenciando diretamente na probabilidade de sucesso no pleito eleitoral. A assimetria informacional leva a um comportamento oportunista por parte do governo, uma vez que este possui um conhecimento maior sobre sua competência em relação aos eleitores, bem como sobre suas limitações.

Como visto anteriormente, o segundo modelo de ciclo político, o partidário, proposto por Hibbs (1977), também considera o *trade-off* da curva de *Phillips* utilizado por Nordhaus (1975), mas considera que os partidos políticos moldam sua ideologia partidária com a intenção

de obter mais votos. Em seu artigo *Political Parties and Macroeconomic Policy*, o autor analisa os padrões de políticas macroeconômicas associadas à partidos de esquerda e de direita, utilizando como amostra 12 países no pós-guerra, porém ao considerar a existência de diferença ideológica constata que partidos de esquerda são mais propensos a intervenções na economia, tendem a preferir níveis menores de desemprego e aceitar maiores taxas de inflação enquanto os partidos de direita do espectro ideológico preferem menor inflação (controle de preços e estabilidade financeira) e maior desemprego.

Para Hibbs (1977), essa preferência ocorre porque os partidos de direita representam os interesses das classes com maior poder financeiro, onde seus membros possuem a maior parte do capital financeiro, já os partidos de esquerda apresentam em sua formação indivíduos das classes trabalhadoras, mais prejudicados com o aumento do desemprego. A formulação do modelo de Hibbs (1977), assume que os eleitores têm expectativas adaptativas, ou seja, são sistematicamente enganados por políticos em período eleitoral.

Seguindo a ideologia partidária de Hibbs (1977), outra abordagem que procura explicar as diferenças partidárias é o estudo de Alesina (1987). Em seu artigo *Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a repeated game*, acrescenta a expectativa racional ao modelo de ciclo político partidário. O autor critica o modelo proposto de Hibbs (1977) por utilizar expectativas adaptativas desconsiderando o efeito de que os indivíduos podem se antecipar ao comportamento do governo.

Pressupondo expectativas racionais Alesina (1987), entende que os partidos políticos apresentariam preferências diferentes em relação à conduta de suas respectivas políticas econômicas e, assim, estando no poder teriam um comportamento distinto da economia em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos.

2.1.1 estudos anteriores sobre ciclos políticos e gastos públicos

As buscas sistemáticas foram feitas pelas palavras-chave: ciclos políticos e *political cycles*. Utilizou-se como fontes de pesquisa o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e os anais de congressos. As buscas foram realizadas em 05 de junho de 2020. No Portal de Periódicos da Capes, foi feita uma busca avançada, em seguida, busca por assunto que contém a expressão “ciclos políticos” OR “political cycles”, onde foram recuperados 105 documentos. Após a inclusão dos filtros, somente os periódicos revisados por pares, retornaram 71 documentos e selecionando o período de 2014 a 2020, restaram 30 documentos, dos quais 5 estavam relacionados ao tema.

Na BDTD, busca avançada pela expressão “ciclos políticos” OR “political cycles”, nos títulos e aplicando filtro ano de defesa 2014 a 2020, retornaram 20 documentos, sendo 5 relacionados ao tema. A pesquisa não retornou resultados em anais de congressos para o período de 2019, no Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, nos eventos realizados pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD) e na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). Foi realizada nova busca no período de 2018 no *site* do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, nos anais, todos os trabalhos, onde com “CTRL + F” se fez a busca pelas palavras-chaves, retornando 1 documento. Os resultados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Busca Sistemática

Autores	Ano	Título	Tipo de Documento
Rodrigues	2015	Impacto dos ciclos políticos nas despesas públicas nos estados brasileiros	Dissertação
Guerra	2016	Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995-2013	Dissertação

Gaston	2017	Ciclos políticos municipais brasileiros: um estudo empírico	Dissertação
Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho	2017	A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014	Artigo
Castro e Martins	2018	<i>Politically driven cycles in fiscal policy: in depth analysis of the functional components of government expenditures</i>	Artigo
Dias, Nossa e Monte-Mor	2018	O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo	Artigo
Xavier Jr., Freitas, Medeiros e Lucena	2018	Ciclos políticos x funções orçamentárias: um estudo acerca da influência dos anos eleitorais sobre as despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros	Anais
Bartoluzzio	2019	(Des) organizando posso organizar? ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros	Dissertação
Bellido, Olmos e Román-Aso	2019	<i>Do political factors influence public health expenditures? Evidence pre-and post-great recession</i>	Artigo
Fiirst, Santos, Rodrigues Jr. e Zonatto	2019	Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos	Artigo
Puchale	2019	Ciclos político-econômico nos estados brasileiros: uma análise do gasto público através de dados em painel espacial de 2003 a 2014	Dissertação

Fonte: Elaborado a partir da literatura citada.

A síntese de estudos apresentada no Quadro 1 evidencia pesquisas recentes sobre ciclo político econômico, em seus modelos oportunistas e partidários, a partir dele depreende-se que em estudos internacionais a pesquisa de Castro e Martins (2018), analisou a incidência de ciclos politicamente orientados nos componentes funcionais e subcomponentes das despesas do governo em um grupo de 18 países europeus durante o período 1990-2012. Ao passo que constataram fracas e limitadas influências de ciclos partidários, ressaltaram a forte evidência de oportunismo político em níveis agregados e desagregados de despesas como serviços públicos, educação, proteção social e alguns subcomponentes de gastos em saúde, itens que tendem a gerar resultados mais visíveis para os eleitores.

Já Bellido, Olmos e Román-Aso (2019), analisaram se a ideologia do governo e outros fatores políticos e eleitorais influenciam o nível de gastos públicos em saúde nos países da (OECD), enfocando o impacto da Grande Recessão. Os resultados revelam a existência de efeitos partidários, sendo que os governos de esquerda tendem a aumentar os gastos em saúde. Além disso, as coalizões também aumentam essas despesas. Por outro lado, não identificaram comportamento oportunista dos titulares relacionados ao tempo das eleições.

Em pesquisas nacionais Rodrigues (2015), encontrou a presença de ciclos políticos oportunistas nos estados brasileiros e no Distrito Federal, ao analisar as despesas públicas no período de 1995 a 2013, considerando a magnitude e o tipo de despesa. Para o mesmo período e população Guerra (2016) encontrou evidências empíricas de ciclos políticos econômicos nas políticas fiscais, mais especificamente nas despesas de capital, investimentos, obras e urbanismo. Quanto ao aspecto ideológico-partidário constatou que tal comportamento ocorre independentemente do partido ou coalizão em que estejam inseridos os governantes.

Nessa mesma linha quanto ao período e população, mas levando em conta o aspecto espacial, a investigação de Puchale (2019), focou na influência dos ciclos oportunistas e partidários dos gastos públicos totais e por função orçamentária de saúde e saneamento, educação e cultura e investimentos. A presença dos ciclos político econômicos oportunistas se deu de forma branda, pois concentrou-se somente nos investimentos. Quanto ao alinhamento político-partidário ficou evidente ser uma ferramenta facilitadora da elevação do gasto público, sendo o mesmo constatado nas despesas com saúde/saneamento, educação/cultura e dispêndio total. No tocante das variáveis geográficas nos modelos de ciclos partidário o efeito *yardstick*

competition se faz presente, demonstrando que o aspecto eleitoral transcende as fronteiras dos Estados. Já para o fenômeno da reeleição, os *policymakers* quando no último mandato são propensos a gerarem *déficits* públicos.

Também nos estados brasileiros Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017), encontraram influência do ciclo eleitoral em investimentos de infraestrutura no período de 2003 a 2014, ao considerar as diferenças ideológicas interagindo com os ciclos eleitorais. No entanto um resultado contraintuitivo foi observado em relação ao impacto negativo nos gastos em infraestrutura quando o governador é do mesmo partido do presidente. Para essa variável, esperavam um impacto positivo.

Em nível municipal, Gaston (2017) testou nos municípios brasileiros entre os anos de 2002 a 2015, a hipótese de ocorrência do ciclo político orçamentário tradicional nas variáveis representantes de bens públicos, identificando aquelas onde parece haver evidência de manipulação eleitoral. Os resultados não descartam a hipótese de que o ciclo político orçamentário no gasto ocorreria e que se privilegiariam algumas funções, possivelmente, alterando a percepção do eleitorado sobre a competência dos prefeitos.

Seguindo a análise nos municípios brasileiros selecionados aleatoriamente entre 2006 e 2016, Bartoluzzio (2019) analisou como incentivos político-eleitorais influenciam a gestão fiscal e seus desdobramentos nos resultados eleitorais. As evidências empíricas indicam que apesar de existir um aumento nos investimentos, os partidos reconduzidos também possuem uma estrutura de pessoal mais sustentável e melhores condições de liquidez no curto prazo em relação aos não reconduzidos, embora demonstrem melhor desempenho em anos eleitorais. Porém, a condição de liquidez é menor quando comparada ao início do primeiro mandato. Ainda, aspectos da competição política ajudam a compreender a responsabilidade fiscal da gestão em exercício e ideologicamente os partidos de centro tendem a ser mais responsáveis em relação aos de direita e esquerda.

O estudo de Xavier Jr. *et al.* (2018), investigou os ciclos eleitorais nas despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros de 2003 a 2016, evidenciando um aumento das despesas nas funções de administração, assistência social e urbanismo, quando os prefeitos foram reeleitos. Já quando os prefeitos pertencem a mesma coligação do governador, encontraram efeito negativo para as funções de educação, cultura e desporto e lazer. Os ciclos eleitorais não apresentaram influência significativa do ano eleitoral na composição dos gastos, mas há evidências da existência de ciclos políticos para o período em análise, pois os resultados apontam manipulação de algumas funções orçamentárias quando há reeleição do prefeito ou da coligação, indicando que os prefeitos tendem a manipular a composição das despesas públicas com o objetivo de suprir seus próprios interesses políticos e eleitorais.

Para Dias, Nossa e Monte-Mor (2018), em uma análise feita nos investimentos públicos, sobre a recondução dos prefeitos dos municípios do estado do Espírito Santo de 2001 a 2012, os eleitores capixabas premiam os prefeitos que promovem incrementos relativos a investimentos no período próximo às eleições, o que se mostra consistente com a literatura mais recente de ciclos políticos e de comportamento eleitoral.

Fiirst *et al.* (2019), verificaram a influência de características políticas no desempenho financeiro dos municípios paranaenses, no período de 2013 a 2016. Os resultados revelaram que o ano eleitoral influencia positivamente o desempenho financeiro, porém tal relação é negativa em períodos em que ocorre mudança de gestor.

Essa síntese evidencia os estudos nas variáveis macroeconômicas, fiscais e orçamentárias sobre ciclos políticos. O objetivo deste estudo é evidenciar o efeito dos ciclos políticos na dívida pública, utilizando os gastos por função como variável explicativa para medir o comportamento oportunista e/ou partidário. Portanto nas subseções a seguir serão abordados os gastos públicos e a dívida pública.

2.2 DÍVIDA PÚBLICA (ENDIVIDAMENTO PÚBLICO)

Como destacado nesta introdução, o 10º Relatório Anual da Dívida Pública do estado do RS, elaborado pelo Tesouro, divulgou que a Dívida Pública do estado gaúcho vem em constante crescimento e alcançou os 73 bilhões de reais em 2018. Em 2019, segundo dados do Relatório de Transparência Fiscal, o estado fechou o ano com resultado orçamentário efetivo apresentando um *déficit* de R\$ 3,2 bilhões (JORNAL DO COMÉRCIO, 2020).

Estudos mostram que muito se tem discutido em relação aos efeitos das eleições sobre a estabilidade da economia. Os fatores político-eleitorais e seus consequentes sobre a economia têm-se tornado assunto crucial no debate econômico, bem como as manipulações de variáveis macroeconômicas e orçamentárias com o objetivo de obter resultados eleitorais favoráveis, o que gera constante preocupação em impor limites para aqueles que não utilizem instrumentos de política econômica (LUCENA JR., 2013; LAZARIN; MELLO; BEZERRA, 2014; PINTO *et al.*, 2015).

Os gestores públicos, em períodos próximos às disputas eleitorais, modificam as execuções das políticas fiscais e monetárias do orçamento público, visando um efeito imediato na economia, para que consequentemente possam ser percebidos pelos eleitores, e assim sejam reeleitos ou consigam manter seu grupo político no poder. Após as eleições, adotam medidas contracionistas a fim de reverter os efeitos da política expansionista adotada anteriormente. Esse instrumento se repete a cada período eleitoral, provocando constantes flutuações na economia, podendo causar endividamento público (LUCENA JR., 2013).

De acordo com Pinto *et al.* (2015), o endividamento dos estados e municípios brasileiros tem sua origem a partir da crise externa do início da década de 80 e que veio a tornar-se uma questão central dentro do processo de ajuste do setor público. Mendonça e Machado (2013) destacam que o endividamento público é resultado de despesas superiores às receitas do ente público e ocorre em função da ausência de restrições orçamentárias.

Sendo assim, com a ampliação da dívida pública, Costa (2008) enfatiza que o Poder Público buscou formas de conter a deterioração da situação fiscal dos entes subnacionais ao promulgar a Lei Complementar n.º 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O propósito dessa normativa consiste em impor restrições aos gastos públicos, bem como preservar a situação fiscal dos entes federativos e garantir a saúde financeira dos Estados e Municípios (LRF, 2000), ou seja, visa disciplinar a gestão de recursos públicos, dando uma maior responsabilidade aos gestores locais (SILVA *et al.*, 2012).

A LRF pode ser considerada para as finanças brasileiras um fator de grande importância doutrinária, pois é uma lei baseada nos princípios da transparência, responsabilidade, controle e planejamento (PINTO *et al.*, 2015).

Segundo Macêdo e Corbari (2009), a mesma surgiu como uma ferramenta de gestão a serviço da Administração Pública e emergiu em um momento de crise, onde os recursos são limitados e as demandas por eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos são altas. Nakaguma e Bender (2006), consideram a LRF um instrumento efetivo para o controle do endividamento e para a redução das despesas de custeio dos Estados.

Embora, Conte (2014) concorde que apesar da importância de normas como a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa por si só não foi suficiente para garantir a melhoria da situação fiscal do estado do RS, onde o gasto público e o endividamento apresentaram crescimento superior ao da Receita Corrente Líquida.

Para Pinto *et al.* (2015) a possibilidade de endividamento público ocorre em duas situações a saber, pela concessão de crédito por terceiro de forma voluntária ou involuntária. Segundo Corbari (2008), a concessão de crédito na forma voluntária ocorre pela obtenção de empréstimos através de instituições bancárias oficiais (Estados ou União) ou através do mercado financeiro, para isso são pagos juros e encargos financeiros como forma de financiar o desequilíbrio entre receitas e despesas. Já os créditos de terceiros de forma involuntária,

refere-se aos gastos superiores às receitas e gera, como consequência, o não pagamento dos fornecedores ou funcionários públicos. Porém tanto os fornecedores como os funcionários públicos recebem, na maioria dos casos, seus direitos em atraso e sem juros e correção monetária (CORBARI, 2008).

Os países desenvolvidos são mais cuidadosos e conservadores em relação ao endividamento, principalmente, com questões ligadas à sua extensão, à sua natureza e aos impactos sobre o bem-estar econômico que o endividamento causa na sociedade em sua totalidade (ANDERLONI; VANDONE, 2010).

Pinto *et al.* (2015) destaca que o endividamento municipal gera crítica de duas ordens, já que limita a gestão macroeconômica eficiente da União e também pode elevar as despesas com políticas eleitoreiras, deixando reflexos para a gestão posterior. Entretanto Gremaud e Toneto Jr. (2002) acreditam que existem alguns exemplos de municípios que alocam seus recursos e serviços de maneira mais eficiente.

2.2.1 estudos anteriores sobre dívida pública e gastos públicos

Buscou-se também estudos a fim de embasar o efeito dos ciclos políticos sobre a dívida pública. Nesse sentido, foi realizado uma busca sistemática pelas palavras-chave: ciclos políticos, political cycles, endividamento público, dívida pública e public debt. Utilizou-se como fontes de pesquisa o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e os anais de congressos. As buscas foram realizadas em 06 de junho de 2020.

No Portal de Periódicos da Capes, foi feita uma busca avançada, em seguida, busca por qualquer que contém a expressão "ciclos políticos" AND ("dívida pública" OR "endividamento público") OR "political cycles" AND "public debt", onde foram recuperados 109 documentos. Ao escolher somente os periódicos revisados por pares, retornaram 104, destes, sendo quase a totalidade dos artigos em inglês, realizou-se a observação das palavras-chave em inglês nos resumos, restando 2 documentos relacionados ao tema.

Na BDTD, busca avançada pela expressão "ciclos políticos" nos resumos em português e "endividamento público" nos resumos em português, retornaram 3 documentos, sendo 1 documento relacionado ao tema, realizando nova busca por "ciclos políticos" nos resumos em português e "dívida pública" nos resumos em português, retornou 1 documento, não sendo relacionado ao tema. Os resultados encontrados estão apresentados no Quadro 2

Quadro 2 – Busca Sistemática sobre Dívida Pública e Ciclo Político Econômico

Autores	Ano	Título	Tipo de Documento
Geys	2007	<i>Government weakness and electoral cycles in local public debt: Evidence from Flemish municipalities</i>	Artigo
Ríos	2009	<i>Manejo político y su efecto cíclico sobre la base monetaria y la deuda pública en Colombia durante el siglo XX</i>	Artigo
Lucena Jr.	2013	Uma análise dos investimentos públicos, dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos estados brasileiros no ciclo político de 2002 – 2010	Dissertação

Fonte: Elaborado a partir da literatura citada

A partir do Quadro 2, tem-se que Geys (2007), ao analisar os dados da dívida pública local de 296 municípios flamengos fornece dados empíricos para sustentar a afirmação que o nível de fragmentação política do governo afeta tanto a necessidade quanto a possibilidade de participar de ciclos políticos oportunistas; Rios (2009), procurou verificar a existência de ciclos políticos oportunistas ou partidários da dívida pública e seus componentes básicos, bem como da base monetária; Lucena Jr. (2013), buscou compreender o papel que o processo eleitoral desempenha quanto aos gastos públicos com o investimento, a dívida consolidada líquida e a

receita corrente líquida dos estados de todas as regiões do Brasil, no período de 2002 a 2010 ao longo do ciclo político.

Outros estudos internacionais não localizados pela busca sistemática, mas que analisam a relação entre dívida pública e ciclos políticos podem ser citados, como é o caso de Haber e Neck (2006), que investigaram a sustentabilidade da dívida pública austríaca quanto aos objetivos políticos de estabilizar o ciclo econômico, aumentar as chances de reeleição e implementação de ideologias partidárias. Encontrando evidências empíricas de que governos austríacos dominados por um partido político apresentam déficits mais altos do que a coalizão de governos e que não há indicação de um ciclo político econômico.

Já Sapir e Sekkat (2002), investigaram se as eleições nacionais na Europa geram ciclos políticos em outros países europeus e em caso positivo, se esses efeitos de transbordamento conseguem sobreviver dentro da União Europeia (UEM). Constataram que, tanto a política oportunista quanto a partidária desempenham papéis significativos no comportamento da política orçamental europeia. Na perspectiva de eleições existe uma tendência à *déficits* públicos nas recessões, sendo os governos de esquerda mais propensos ao *déficit* do que os governos de direita, independentemente do estado de economia. Descobriram também que, tanto a política oportunista, quanto a partidária na Alemanha têm impactos significativos no crescimento econômico em outros países.

Por fim Skilling e Zeckhauser (2002), considerando o grande acúmulo de dívidas nos países da OECD desde 1970 avaliaram as principais explicações políticas para os casos dos EUA e Japão. Concluindo que competição política incentiva a prudência fiscal, e que a experiência da OECD fornece forte apoio empírico a essa conjectura, sugerindo que o alto nível de endividamento do Japão se deve mais a fatores políticos do que econômicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A finalidade deste estudo é evidenciar a influência dos ciclos políticos sobre os gastos públicos municipais gaúchos e estimar seu efeito sobre a dívida pública local. Busca-se também, evidências de outras variáveis políticas, como a ideologia partidária e o apoio nas eleições dos Governos Estadual e Federal.

Sendo assim, a presente pesquisa pode ser classificada quanto a três aspectos: Quanto a abordagem do problema, esta pesquisa é quantitativa, pois, para responder ao problema de pesquisa foi necessário o emprego de ferramentas e técnicas estatísticas. Quanto a natureza de seus objetivos, esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois descreve o comportamento ou relação dos ciclos eleitorais com os gastos por função orçamentária e a dívida pública municipais. No que tange aos procedimentos técnicos utilizados, este estudo pode ser classificado como uma pesquisa documental, visto que teve como fonte de dados documentos e informações públicas referentes aos gastos de governos dos municípios, disponibilizadas através de *sites* na *internet*.

A população da pesquisa compreende 497 municípios gaúchos, utilizando como período de análise os anos de 2005 a 2016, compreendendo três ciclos eleitorais completos. No entanto a amostra final apresenta-se com 496 municípios, devido ao fato de um deles não apresentar dados suficientes para o estudo. Além disso, em virtude da indisponibilidade de alguns dados, ou seja, municípios com dados e informações faltantes para alguns dos períodos da amostra, utilizou-se um painel desbalanceado. A escolha do período e dos municípios gaúchos se deu em função da acessibilidade de informações sobre as eleições e da disponibilidade dos dados.

O processo de coleta de dados foi realizado pela *internet*, a partir de dados secundários. As informações sobre os gastos orçamentários e total do passivo para compor a variável dívida pública foram coletadas no banco de dados Finanças Brasil (Finbra), no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Já os dados referentes ao PIB e a população foram coletados do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, os dados eleitorais foram

coletados dos *sites* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

Os dados coletados foram tabulados em planilha eletrônica para posterior análise no *software GNU Regression, Econometric and Time-series Library (Gretl) 2020c-git*, através da técnica econométrica de regressão para dados em painel, visto que a amostra é constituída por dados seccionais (municípios gaúchos) e temporais (entre os anos de 2005 a 2016). Seguindo de forma semelhante à técnica utilizada por diversos autores que estudaram essa temática, como por exemplo Sakurai (2009), Silva e Faroni (2010), Veloso e Bornhold (2016) e Nunes (2017), que utilizaram modelos econométricos de dados em painel com efeitos fixos e efeitos variáveis, prevalecendo estudos com efeitos fixos.

Para Fávero e Belfiore (2017), os modelos longitudinais para dados em painel são úteis para se estudar o comportamento de determinado fenômeno, que apresenta variável dependente e estrutura de dados agrupados com medidas longitudinais. Nesse modelo as observações, tanto para a variável dependente quanto para as explicativas, proporcionam dados que se alteram ao longo do tempo, permitindo ao pesquisador a análise de diversas *cross-sections* ao longo do tempo, diminuindo a multicolinearidade eventualmente existente entre as variáveis (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Os dados financeiros foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para valores de 2016, tais informações são disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). Conforme Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017), a opção de escolha do IGP-M reside no fato de este índice medir a variação mensal de preço que afeta diretamente as unidades econômicas.

Para a análise econométrica utilizou-se o total do passivo para compor a variável da dívida pública, assim como utilizado no estudo de Silva, Faroni e Barbiéri (2011). Essa variável foi considerada dependente e estruturada em modelos cujas especificações possibilitassem explicações pelas variáveis independentes, sendo que todos os valores foram transformados em logaritmo natural.

As variáveis fiscais também foram transformadas para valores *per capita* e após em logaritmo natural para diminuir eventuais distorções nos dados, devido às diferenças individuais de cada cidade. Assim como também foi utilizado o logaritmo natural da população para amenizar a disparidade do porte de cada município.

Os dados foram analisados pela técnica de regressão de efeitos fixos, após ter sido utilizado o tratamento clássico da técnica de estimação pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) nas análises preliminares.

Para as variáveis políticas, com o propósito de evidenciar o ciclo político oportunista, foram criadas três *dummies* eleitorais que apresentam valor 0 ou 1 nos respectivos anos, sendo os anos classificados como pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais, tendo como referência os anos eleitorais, ou seja, os que ocorreram eleições para prefeito (2008, 2012 e 2016). Sendo que, as *dummies* de anos pós-eleitorais são a base para a comparação e retiradas das estimações para evitar o problema de multicolinearidade perfeita entre as variáveis eleitorais.

Já para evidenciar o ciclo político partidário, foram construídas duas *dummies* para a ideologia do partido no poder: a primeira assume o valor de 1, caso o partido seja de esquerda, e de 0, caso contrário, e a segunda assume o valor de 1, caso o partido seja de direita, e de 0, caso contrário. Desse modo, as *dummies* de partidos de centro são a base para a comparação e retiradas das estimações para evitar o problema de multicolinearidade perfeita entre as variáveis de ideologia política. Para rotular a ideologia dos partidos, foi utilizada a tipificação feita por Rodrigues (2002 *apud* Sakurai, 2009) e Rodrigues (2002 *apud* Gaston, 2017), conforme Tabela 1.

Por fim, para analisar a coalizão entre o partido do prefeito com o partido dos governos estadual e federal foram incluídas duas *dummies*; uma *dummy* que assume o valor 1, caso o

partido do prefeito e do governador do Estado sejam os mesmos e 0, caso contrário; outra *dummy* assumindo valor 1, caso o partido do prefeito e do Presidente da República sejam os mesmos e 0, caso contrário, conforme adotado por Veloso e Bornhold (2016).

A classificação partidária que segue a tipificação utilizada por Rodrigues (2002), Sakurai (2009) e Gaston (2017), está representada na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Classificação dos partidos políticos

Partidos de Esquerda	Partidos de Centro	Partidos de Direita
PC do B	PMDB	DEM
PDT	PP	PFL
PHS	PRB	PL
PPL	PSDB	PSC
PPS	PTB	PSD
PSB	SD	
PT		

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2002), Sakurai (2009) e Gaston (2017)

Sendo assim, a partir do exposto nestes procedimentos metodológicos, para alcançar o objetivo principal deste trabalho o modelo utilizado com o propósito de evidenciar a influência do ciclo político sobre os gastos públicos e estimar o efeito do ciclo e dos gastos sobre a dívida pública foi estimado na regressão representada na Tabela 5. Porém, para fins deste trabalho considerou-se importante uma análise prévia do ciclo político sobre o total dos gastos por função a fim de subsidiar e aprimorar as discussões, cujo resultado da estimação está apresentado na Tabela 4.

Na Tabela 2 estão demonstradas todas as variáveis utilizadas nos modelos do estudo.

Tabela 2 – Variáveis utilizadas nas regressões

Variáveis	Descrição
Ln_Pct_Gast_Fun	Logaritmo <i>per capita</i> do total dos gastos por função orçamentária
Ln_POP	Logaritmo natural da população
Cresc_PIB	Crescimento do PIB ano a ano (variável de controle)
Ano_Pre_Eleit	<i>Dummy</i> de ano pré-eleitoral
Ano_Eleit	<i>Dummy</i> de ano eleitoral
Ano_Pos_Eleit	<i>Dummy</i> de ano pós-eleitoral
Part_Esq	<i>Dummy</i> de partidos de esquerda
Part_Cen	<i>Dummy</i> de partidos de centro
Part_Dir	<i>Dummy</i> de partidos de direita
Mesmo_Pref_Gov	<i>Dummy</i> quando partido prefeito é o mesmo do governador
Mesmo_Pref_Pres	<i>Dummy</i> quando partido prefeito é o mesmo do presidente
Ln_Dívida_Pub	Logaritmo Dívida Pública dos municípios (total passivo)
Ln_Pct_Gastos_Fun vs Ano_Pre_Eleit	Termos de interação (gastos/função <i>versus</i> calendário eleitoral), ou seja, variáveis multiplicativas usadas para captar o efeito do gasto na Dívida Pública dos municípios, sendo controlado pelo ciclo político. Os resultados representam a influência em
Ln_Pct_Gastos_Fun vs Ano_Eleit	comparação com as interações entre a variável do total dos gastos por função e o calendário eleitoral.

Fonte: Dados da pesquisa

Os modelos de regressão foram aplicados a um conjunto de dados de séries temporais onde cada equação corresponde a um grupo de variáveis fiscais, políticas e de controle, No primeiro modelo (Tabela 4), estima-se o Gasto Público agregado a partir de variáveis eleitorais, partidárias, de coalizão e variáveis de controle, conforme as seguintes especificações gerais:

$$Ln_Pct_Gast_Fun_{it} = \delta + \beta 1 Ano_Pre_Elei_{it} + \beta 2 Ano_Elei_{it} + \beta 3 Part_Esq_{it} + \beta 4 Part_Dir_{it} + \beta 5 Mesmo_Pref_Gov_{it} + \beta 6 Mesmo_Pref_Pres_{it} + \beta 7 Cresc_PIB_{it} + \beta 8 Ln_POP_{it} + \varepsilon_{it} \dots \dots \dots \text{(conforme Tabela 4)}$$

Onde:

Ln_Pct_Gast_Fun = variável dependente representada pelos gastos agregados das funções orçamentárias;

δ = constante que intercepta o eixo x;

β = corresponde aos coeficientes angulares estimados para cada variável independente;

ε = termo de erro, variação não explicada pelo modelo.

Nos modelos, $i = 1, 2, \dots, 496$ são os municípios, $t = 2005, 2006, \dots, 2016$ são os anos.

O modelo a seguir traz o termo de interação (Wooldridge, 2006), ou seja, variáveis multiplicativas usadas para captar o efeito do gasto sobre a dívida pública, mediado pelo ciclo político orçamentário.

$$\text{Ln_Dívida_Pub}_{it} = \delta + \beta_1 \text{Ln_Gast_Total_Funç}_{it} + \beta_2 \text{Ln_Gast_Total_Funç}_{it} \text{ vs } \text{Ano_Pre_Elei}_{it} + \beta_3 \text{Ln_Gast_Total_Funç}_{it} \text{ vs } \text{Ano_Elei}_{it} + \beta_4 \text{Ano_Pre_Elei}_{it} + \beta_5 \text{Ano_Elei}_{it} + \beta_6 \text{Part_Esq}_{it} + \beta_7 \text{Part_Dir}_{it} + \beta_8 \text{Mesmo_Pref_Gov}_{it} + \beta_9 \text{Mesmo_Pref_Pres}_{it} + \beta_{10} \text{Cresc_PIB}_{it} + \beta_{11} \text{Ln_Pop}_{it} + \mu_{it} \dots\dots\dots(\text{conforme Tabela 5})$$

A estimação apresenta como variável dependente o logaritmo natural da dívida pública e foi realizada com a variável do total dos gastos e com o produto da variável do total dos gastos pelos ciclos eleitorais. Os resultados dessa equação estão representados na Tabela 5.

4 RESULTADOS

O resultado do modelo de regressão estabelecido para evidenciar o efeito da influência do ciclo político orçamentário e partidário sobre os gastos públicos está apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Ciclo político orçamentário sobre o total dos gastos públicos

	Ln_Pct_Gast_Fun (EF)
Const	10,6899 *** (1,2463)
Ln_POP	-0,3093 ** (0,1393)
Cresc_PIB	0,0537 *** (0,0149)
Ano_Pre_Eleit	0,0998 *** (0,0030)
Ano_Eleit	0,1202 *** (0,0058)
Part_Esq	-0,0452 *** (0,0168)
Part_Dir	-0,0924 ** (0,0435)
Mesmo_Pref_Gov	-0,1269 *** (0,0146)
Mesmo_Pref_Pres	0,1484 *** (0,0165)
R2	0,80
Teste F	324,56
Critério de Akaike	-1510,35
Observações	5.897

Fonte: Dados da pesquisa

Efeito Fixo (EF)

***, **, * Estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

A variável dependente de gastos públicos corresponde a totalidade dos gastos por função orçamentária. Percebe-se a presença de ciclos políticos orçamentários oportunistas (ROGOFF, 1988; ROGOFF; SIBERT, 1990), já que pode ser observado um aumento nos gastos em anos eleitorais, comparados aos anos pós-eleitorais. Além disso, os sinais dos coeficientes para anos pré-eleitorais e anos eleitorais estão de acordo com a teoria dos ciclos políticos oportunistas. Os resultados sugerem que, para os coeficientes associados as *dummies* de ano pré-eleitoral e ano eleitoral, comparados aos anos pós-eleitorais são estatisticamente significantes ao nível de 1%. Em anos pré-eleitorais os gastos tendem a aumentar em torno de 9,98%, passando para 12,02% em anos eleitorais.

Esses achados corroboram com boa parte das pesquisas envolvendo essa temática, onde ocorre o ciclo político oportunista em pelo menos em algumas funções orçamentárias, geralmente aquelas de maior visibilidade aos eleitores (SAKURAI, 2009; RODRIGUES, 2015; GUERRA, 2016; GASTON, 2017; CASTRO; MARTINS, 2018).

Em relação a ideologia partidária, os resultados sugerem a presença de ciclo político partidário. Os partidos de esquerda apresentam retração nos gastos em torno de 4,52% comparados aos partidos de centro (ao nível de 1%). Já os partidos de direita, comparados aos partidos de centro, também apresentam sinal negativo, com retração de 9,24% (ao nível de 5%). Nesse sentido, este resultado corrobora com estudos internacionais (BELLIDO; OLMOS; ROMÁN-ASO, 2019) e nacionais (PUCHALE, 2019) que encontraram a presença de ciclo político partidário.

Quanto ao alinhamento político o fato de o partido do prefeito estar alinhado ao governo federal apresentou coeficiente positivo e com significância estatística ao nível de 1%, logo o fato de existir coalizão política entre os partidos do prefeito e do Presidente da República representa que os gastos por função orçamentária tendem a aumentar em 14,84%.

Enquanto o alinhamento com o governo estadual se deu de forma negativa, para o qual também se esperava um resultado positivo, no entanto, o fato de o partido do prefeito estar alinhado com o partido do governador do estado representa uma redução nos gastos públicos de 12,69%. Xavier Jr. *et al.* (2018) também encontraram efeito negativo para as funções de educação, cultura e desporto e lazer, quando os prefeitos pertencem a mesma coligação do governador.

As estimações apresentadas na Tabela 5 buscam demonstrar o diferencial deste estudo, onde a análise será sob o efeito do ciclo político orçamentário e dos gastos públicos sobre a dívida pública dos municípios, ou seja, será feita a análise de quanto o ciclo político potencializa o efeito do gasto na dívida pública, neste caso, avaliada pelo total do passivo.

Para atingir esse objetivo utilizou-se o termo de interação, o qual neste estudo está representado pela multiplicação da variável do total dos gastos por função orçamentária pelo ano eleitoral e pela multiplicação do total dos gastos por função orçamentária pelo ano pré-eleitoral. Porém, para se chegar no valor do coeficiente que representa o efeito sobre a dívida pública, é necessário realizar a soma do coeficiente do total dos gastos por função com o coeficiente dos resultados multiplicativos, conforme observado em Wooldridge (2006, p. 248).

Tabela 5 – Efeito sobre a dívida pública

	Ln_Dívida_Pub (EF)
Const	-1,8121 (4,1518)
Ln_POP	0,3979 (0,4493)
Cresc_PIB	-0,0324 (0,0674)
Ln_Pct_Gast_Fun	1,7709 *** (0,1103)
Ln_Pct_Gast_Fun vs Ano_Pré_Eleit	0,2544 ***

	(0,0557)
Ln_Pct_Gast_Fun vs Ano_Eleit	0,0915 (0,0688)
Ano_Pré_Eleit	-1,9245 *** (0,4393)
Ano_Eleit	-0,7748 (0,5505)
Part_Esq	-0,0902 * (0,0533)
Part_Dir	-0,1381 (0,0894)
Mesmo_Pref_Gov	-0,1431 ** (0,0565)
Mesmo_Pref_Pres	0,1140 * (0,0592)
R2	0,77
Teste F	36,86
Critério de Akaike	16961,61
Observações	5892

Fonte: Dados da pesquisa

Efeito Fixo (EF)

***, **, * Estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Depreende-se que, com 99% de confiança, o total dos gastos por função orçamentária influenciam a dívida pública dos municípios gaúchos. Logo, ressalta-se como resultado que os valores dispendidos nessas áreas de atuação governamental impactam a dívida pública em 177,09%. Sendo assim, pode-se dizer que para cada 1% do total de gastos por função orçamentária, tem-se um aumento de 177,09% na dívida pública dos municípios.

Ao realizar essa análise com o termo de interação entre o total dos gastos *versus* ano pré-eleitoral, percebe-se que a relação continua sendo positiva e significativa ao nível de 1%, porém o aumento na dívida pública passa a ser de 202,53%. Ao proceder a análise do termo de interação entre o total dos gastos *versus* ano eleitoral, também é possível perceber uma relação positiva, porém o aumento fica em torno de 186,24% e sem significância estatística. Logo, pode-se dizer que o total de gastos públicos analisados individualmente, ou seja, sem o termo de interação, impactam a dívida pública dos municípios gaúchos e ao proceder essa análise com as variáveis interagindo com o ano pré-eleitoral observa-se um efeito maior e positivo.

Pode-se inferir que devido a variável Gastos Público estar mediada pelo ciclo político há um efeito positivo e significativo sobre a dívida pública, ou seja, os ciclos políticos oportunistas potencializam o efeito dos gastos na dívida pública dos municípios gaúchos. Representando um efeito maior e significativo em anos pré-eleitorais.

Uma justificativa para um maior aumento em anos pré-eleitorais pode ser a intenção de reeleição por parte dos prefeitos, conforme destacado por Sakurai e Menezes Filho (2008) despesas mais elevadas efetuadas ao longo dos mandatos tendem a elevar as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros, embora despesas mais elevadas executadas especificamente no ano eleitoral tendam a ser prejudiciais para a reeleição.

Embora na análise das *dummies* de anos pré-eleitorais analisada individualmente, tem-se uma redução da dívida pública em anos pré-eleitorais, em torno de 192,45%. Porém, em anos eleitorais percebe-se um aumento de 77,48% em relação a dívida pública, porém também não apresenta significância estatística. Esses são resultados comparados aos anos pós-eleitorais.

Também, pode ser porque, além das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, alguns candidatos intencionam a reeleição, sendo assim podem buscar minimizar o endividamento dos municípios em períodos eleitorais, já que de acordo com Arvate, Mendes e Rocha (2010), diante de um eleitorado alfabetizado e fiscalmente conservador, o aumento da dívida reduz as chances de reeleição. Embora para Puchale (2019), o fenômeno da reeleição

contribui para que os *policymakers*, quando no último mandato, estejam propensos a gerarem *déficits* públicos.

Na análise da ideologia partidária, somente os partidos de esquerda apresentam efeito sobre a dívida pública (ao nível de 10%), com retração da dívida pública em 9,02% sob a ótica dos partidos de esquerda. Quanto ao alinhamento do partido do prefeito com o governo estadual, o modelo é estatisticamente significativo ao nível de 5%, porém o sinal é negativo, ou seja, há uma redução de 14,31% na dívida pública quando o partido do prefeito está alinhado com partido do governador. O mesmo ocorre na estimação representada na Tabela 4, onde foi analisado a influência da coalizão do governo municipal com governo estadual sobre os gastos públicos, há uma redução nos gastos quando o partido do prefeito está alinhado com partido do governador.

Já em relação ao alinhamento com o governo federal pode ser observado impacto positivo na dívida pública (ao nível de 10%), ou seja, quando existe coalizão do partido do prefeito com partido do presidente a dívida pública tende a ser aumentada em 11,40%. A relação positiva quanto ao alinhamento dos partidos dos prefeitos com o governo federal se deu de forma positiva tanto nas estimações da Tabela 4 quanto nas estimações da Tabela 5, logo o fato de existir coalizão entre governo municipal e federal aumenta os gastos públicos e tende a aumentar a dívida pública dos municípios gaúchos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo envolvendo os municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2016 teve como propósito analisar a influência dos ciclos políticos sobre os gastos públicos e estimar seu efeito sobre a dívida pública. Além disso, buscou-se evidências para influência de outras variáveis políticas, como a ideologia partidária e o apoio nas eleições dos Governos Estadual e Federal.

Assim como em outras pesquisas envolvendo a temática de ciclos políticos, foi possível confirmar a influência dos ciclos políticos oportunistas sobre os gastos públicos. No entanto este estudo buscou evidências sobre o total dos gastos por função orçamentária. Os resultados indicaram que os gastos públicos são menores em anos pré-eleitorais e tendem a aumentar em anos eleitorais, usando os anos pós-eleitorais como base de comparação.

O objetivo principal deste foi buscar evidências do efeito do total dos gastos por função orçamentária sobre a dívida pública quando mediados pelo ciclo político oportunista. Para atender tal objetivo utilizou-se o termo de interação, estimando o efeito do total dos gastos públicos *versus* anos pré-eleitorais e eleitorais, ambos sobre a dívida pública.

Os resultados indicaram que as variáveis de gastos públicos, quando mediadas pelo ciclo político, causam efeito na dívida pública, ou seja, os ciclos políticos oportunistas potencializam o efeito dos gastos na dívida pública dos municípios gaúchos. Porém pode-se dizer que o efeito é maior e significativo em anos pré-eleitorais.

A análise da interação em anos eleitorais sobre a dívida pública não apresentou significância estatística. Da mesma forma, os anos eleitorais não apresentaram significância estatística na análise individual sobre a dívida pública. Por outro lado, os gastos públicos impactam a dívida pública dos municípios gaúchos tanto na análise individual como na análise da interação com os anos pré-eleitorais.

Quanto ao alinhamento do partido do prefeito com o governo estadual, ambos os modelos analisados no estudo apresentaram uma redução nos gastos públicos e na dívida pública respectivamente quando o partido do prefeito está alinhado com partido do governador. Já em relação ao alinhamento com o governo federal pode ser observado impacto na dívida pública, ou seja, quando existe coalizão do partido do prefeito com partido do presidente a dívida pública tende a ser aumentada em 11,40%. A relação positiva quanto ao alinhamento dos partidos dos prefeitos com o governo federal se deu de forma positiva tanto nas estimações

da despesa pública, quanto da dívida pública, portanto, a coalizão entre governo municipal e federal aumenta os gastos públicos e a dívida pública dos municípios.

Como limitação do estudo pode ser mencionado a falta de informações de variáveis utilizadas na pesquisa em alguns períodos, motivo pelo qual se utilizou painel desbalanceado. Para pesquisas futuras, sugere-se a atualização do período da pesquisa, ou até mesmo uma redução da amostra para que os dados estejam completos em todos os períodos, de forma que o conjunto de dados estejam uniformizados e possam minimizar possíveis efeitos de casos extremos e assim possa ser utilizado um painel balanceado. Também, sugere-se a inclusão de uma variável relacionada à reeleição para complementar o estudo. Além disso, seria interessante realizar pesquisas que utilizassem o termo de interação abrangendo municípios de outros estados para que possa haver comparação e discussão dos resultados.

REFERÊNCIAS

- ÄKERMAN, J. Political economic cycles. **Kyklos: International Review for Social Sciences**, v. 1, n. 2, p. 107-117, may, 1947.
- ALESINA, A. Macroeconomic Policy in a Two Party System as a Repeated Game. **Quarterly Journal of Economics**, v.102, p.651-78, 1987.
- ANDERLONI, L. VANDONE, D. Risk of Overindebtedness and Behavioural Factors. **Social Science Research Network**. Milano, Working Paper n.2010-25, p.1-18, 2010.
- ARVATE, P. R.; MENDES, M.; ROCHA, A. Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 1, p. 67-101, jan./mar., 2010.
- BARTOLUZZIO, A. I. S. S. **(Des) organizando posso organizar?: ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros**. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BELLIDO, H.; OLMOS, L.; ROMÁN-ASO, J. A. Do political factors influence public health expenditures? Evidence pre-and post-great recession. **The European Journal of Health Economics**, v. 20, n. 3, p. 455-474, 2019.
- BRASIL. **Lei complementar nº101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de Finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis. Acesso em: 12 set. 2020.
- BRASIL. Tesouro Nacional. **FINBRA – Finanças do Brasil**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- BRASIL. Tesouro Nacional. **FINBRA – Finanças do Brasil**. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: 04 abr. 2020.
- CASTRO, V.; MARTINS, R. Politically driven cycles in fiscal policy: In depth analysis of the functional components of government expenditures. **European Journal of Political Economy**, v. 55, p. 44-64, 2018.
- CONTE, N. C. Desempenho fiscal do estado do Rio Grande do Sul: uma análise do período pós Lei de Responsabilidade Fiscal-2004 a 2012. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 20, n. 43, 2014.
- COSTA, J. F. Reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 18, 2008, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: CBC, 2008.
- CORBARI, E. C.; **Grandes Municípios Brasileiros: estrutura do endividamento e impactos da lei de responsabilidade fiscal**. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

- DIAS, B. P.; NOSSA, V; MONTE-MOR, D. S. O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 880-898, set./out., 2018.
- DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper & Row, 1957.
- FÁVERO, L. P., BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Elsevier Brasil, 2017.
- FIIRST, C.; SANTOS, A. C.; RODRIGUES JÚNIOR, M. M.; ZONATTO, V. C. S. Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. **Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v. 17, n. 1, p. 127, jan./abr., 2019.
- GÁMEZ, C.; IBARRA-YÚNEZ, A. El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos. **Gestión y política pública**, v. 18, n. 1, p. 39-65, 2009.
- GASTON, L. H. Z. **Ciclos políticos municipais brasileiros: um estudo empírico**. 2017. 64f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- GREMAUD, A. P.; TONETO JR., R. Descentralização e endividamento municipal: formas, limites e possibilidades. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 109-130, 2002.
- GEYS, B. Government weakness and electoral cycles in local public debt: evidence from flemish municipalities. **Local Government Studies**, v. 33, n. 2, p. 237-251, 2007.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 462-481, ago., 2017.
- GUERRA, D. **Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995-2013**. 2016. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2016.
- HABER, G.; NECK, R. Sustainability of Austrian public debt: a political economy perspective. **Empirica**, v. 33, n. 2-3, p. 141-154, 2006.
- HIBBS Jr, D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, 71, 1467-87, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Instituto**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Instituto**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment. **Political Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 322-330, Oct. 1943.
- LAZARIN, M. F.; MELLO, G. R.; BEZERRA, F. M. A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 13, n. 2, p. 719-736, 2014.
- LUCENA JUNIOR, B. M. **Uma análise dos investimentos públicos, dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos estados brasileiros no ciclo político de 2002–2010**. 2013. 37 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2013.
- MACEDO, J. de J.; CORBARI, E. C. Efeitos da Lei da Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 44-60, 2009.

- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas** (3a ed.). São Paulo: Atlas, 2016.
- MENDES, R. F. **Gestão fiscal e crescimento econômico: o caso dos governos estaduais do Nordeste a partir da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2009. 55 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará – UFC/CAEN, 2009.
- MENDONÇA, H. F.; MACHADO, M. R. Public debt management and credibility: Evidence from an emerging economy. **Economic Modelling**, n.30, p.10-21, 2013.
- NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). **Economia Aplicada**, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.
- NORDHAUS, W. D. The Political Business Cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.
- NUNES, G. S. Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). **Indicadores Econômicos FEE**, v. 44, n. 4, p. 99-110, 2017.
- PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, C. S. A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, 2015.
- PUCHALE, C. L. **Ciclos político-econômicos nos estados brasileiros: uma análise do gasto público através de dados em painel espacial de 2003 a 2014**. 2019. 138f. Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIO GRANDE DO SUL acumula déficit de R\$ 3,2 bilhões em 2019. JORNAL DO COMÉRCIO. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/02/723929-estado-acumula-deficit-de-r-3-2-bilhoes-em-2019.html. Acesso em: 10 set. 2020.
- RÍOS, J. J. G. Manejo político y su efecto cíclico sobre la base monetaria y la deuda pública en Colombia durante el siglo XX. **Revista Finanzas y Política Económica**, v. 1, n. 2, p. 9-33, 2009.
- RODRIGUES, C. A. **Impacto dos ciclos políticos nas despesas públicas nos estados brasileiros**. 2015. 45f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ROGOFF, K.; SILBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, Stockholm, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.
- ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, Pittsburgh, PA, v. 80, n. 1, p. 21-36, 1990.
- SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n 1, p. 39-58, 2009.
- SAKURAI, S. N.; Menezes Filho N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, n. 1-2, p. 301-314, 2008.
- SAPIR, A.; SEKKAT, K. Political cycles, fiscal deficits, and output spillovers in Europe. **Public Choice**, v. 111, n. 1-2, p. 195-205, 2002.
- SILVA, S. L. P.; FARONI, W. Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais–2000/2008. **Sinergia**, v. 14, n. 1, p. 9-20, 2010.

- SILVA, S. L. P.; FARONI, W.; BARBIÉRI, R. S. Ciclos político-orçamentários e reeleição: um estudo para os municípios do Norte do Brasil. **Revista Científica da Faminas**, v. 7, n. 1, 2011.
- SILVA, S. M.; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; PAULO, E. Dez Anos de Responsabilidade Fiscal: um estudo da evolução da dívida pública da prefeitura de Recife. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.4, n.2, p.1-17, 2012.
- SIQUEIRA, Fernando Faria. Ciclo político: uma revisão literária. **Informações Fipe-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, n. 427, 2016.
- SKILLING, D.; ZECKHAUSER, R. J. Political competition and debt trajectories in Japan and the OECD. **Japan and the World Economy**, v. 14, n. 2, p. 121-135, 2002.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Eleições anteriores: informações sobre as eleições já realizadas no país**. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Acesso em: 10. mai. 2020.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes>. Acesso em: 11. mai 2020.
- VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. **Ensaio FEE**, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- XAVIER JUNIOR., A. E.; FREITAS, F. L.; MEDEIROS, J. T.; LUCENA, A. L. C. P. Ciclos Políticos X Funções Orçamentárias: Um Estudo Acerca Da Influência Dos Anos Eleitorais Sobre As Despesas Orçamentárias dos Municípios Médios Brasileiros. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 15, São Paulo, 2018. **Anais [...]** USP: São Paulo, 2018.